

MEMORIAL ACADÊMICO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Renata Tito de Paula

Universidade Estadual da Paraíba, renatatito3@gmail.com

Orientador (a): Francisca Pereira Salvino

Resumo

Esse artigo terá por base um relato de experiência em forma de memorial elaborado durante o componente curricular Planejamento e Avaliação Educacional II, o qual está presente na grade curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba. Dessa forma, abordará como tema principal a avaliação, sem deixar de se importar, é claro, com processo de ensino-aprendizagem; os métodos corretos a serem postos em prática pelo professor, visando respeitar as diferenças e os diferentes contextos sociais de cada aluno; e a progressão continuada. Sendo assim, terá como base diferentes autores, mas com conceitos e ideias que se complementam. Os autores citados são Fernandes e Freitas; Hoffmann; Sobral e Salvino. Para o senso comum, a avaliação é apenas um método para medir o conhecimento como provas, trabalhos, e outros. Mas a avaliação não é apenas isso. Avaliar é acompanhar e interpretar a aprendizagem ao longo do processo. O professor, sendo o principal responsável pela formação de outras pessoas, deve separar um momento de reflexão, no qual deve considerar as individualidades e as particularidades da cada estudante.

Palavras-chave: Avaliação, ensino-aprendizagem, professor.

Introdução

Utilizar o memorial acadêmico como um instrumento de avaliação é muito importante para a auto avaliação do estudante. É um documento que o aluno elabora passo a passo, no qual ele relata tanto suas aprendizagens e avanços, quanto suas falhas e dificuldades durante um determinado período ou uma disciplina. É uma espécie de "diário" onde o discente poderá escrever e contar o que estiver sentindo, refletindo e vivenciando ao longo do caminho.

O objetivo do memorial, na maioria das vezes, é fazer um pequeno resumo da vivência acadêmica da pessoa. A ideia principal da elaboração de um memorial acadêmico é semelhante à de um currículo, porém com maior detalhamento sobre a vida acadêmica, científica e até cultural. Esse registro pode ser curto ou longo, mas o que define o tamanho dele é a finalidade do público o qual o documento está sendo direcionado. Esse é um ponto muito importante, o autor deve fornecer informações completas, porém não excessivas, sendo assim, é necessário um bom julgamento ao definir o filtro do conteúdo, de forma que o resultado final satisfaça aos interessados.

Esse memorial, no entanto, foi utilizado como um instrumento de avaliação para a conclusão da disciplina “Planejamento e Avaliação educacional II” ofertada no curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba. Desse modo, esse documento não irá focar na vida acadêmica completa do discente, mas sim em um conteúdo ministrado durante a disciplina que foi de grande importância.

O assunto que foi utilizado para a elaboração desse trabalho foi em relação à nova perspectiva do ato de avaliar. Dessa forma, foram utilizados como referência os autores Fernandes e Freitas, com o artigo "Indagações sobre o currículo: Currículo e Avaliação"; Hoffmann, com o artigo “O jogo contrário em Avaliação: Tempo de reflexão”; e Sobral e Salvino com o capítulo “Avaliação e Progressão Continuada” do livro “Cotidiano Escolar e Práticas Pedagógicas”.

Será feito aqui um relato sobre a experiência que foi proporcionada com a elaboração do Memorial Acadêmico. Sendo assim, será descrita as aprendizagens, avanços, mudanças de pensamento e amadurecimento do senso crítico.

Uma Nova Perspectiva da Avaliação no processo de Aprendizagem

É preciso que o processo avaliativo seja valorizado por todos os profissionais da educação envolvidos: sejam gestores, professores, alunos e responsáveis, enxergando-o não apenas como um fim, mas como um meio para alcançar o melhor desempenho de todos os alunos, bem como do professor e da escola.

Avaliar não é somente se preocupar com o processo de ensino praticado pelo professor, com seu planejamento e sua metodologia, mas também é ter como prioridade o processo de aprendizagem do aluno. Ou seja, compreende-se que o professor deve se preocupar principalmente com o processo de ensino-aprendizagem e não apenas com a avaliação.

O termo avaliação tem uma definição errônea de acordo com o senso comum. Para muitos, avaliar é o mesmo que medir o conhecimento de cada aluno, dessa forma, atribui-se um valor que irá definir o desempenho do aluno, que é mais conhecido como a nota. Por mais que medir seja parte do processo de avaliação, ele não se resume a apenas isso. Como Fernandes e Freitas deixam claro na seguinte passagem:

A avaliação é uma atividade orientada para o futuro. Avalia-se para tentar manter ou melhorar nossa atuação futura. Essa é a base da distinção entre medir e avaliar. Medir refere-se ao presente e ao passado e visa obter informações a respeito do progresso efetuado

pelos estudantes. Avaliar refere-se à reflexão sobre as informações obtidas com vistas a planejar o futuro. Portanto medir não é avaliar, ainda que o medir faça parte do processo de avaliação (FERNANDES e FREITAS, 2008, p.19).

Dessa forma, a avaliação pode assumir alguns caracteres diferentes: a avaliação diagnóstica, a avaliação formativa e a avaliação somativa/cumulativa. As três possuem objetivos diferenciados. A primeira busca observar e analisar as dificuldades dos alunos para a construção da aprendizagem. A Avaliação diagnóstica é realizada no início do processo, para orientar a ação do professor na organização do seu planejamento escolar. Essa é a avaliação feita para ajudar a aprender e não para dizer o que o aluno sabe. Já na Formativa, a avaliação ocorre durante o processo de ensino- aprendizagem, tendo o objetivo de orientá-lo. Enquanto na Somativa/Cumulativa, a avaliação ocorre apenas ao final do processo, através de provas, trabalho e testes. Mas até mesmo os autores não concordam com essa visão da avaliação somativa, pois afirmam que a avaliação não deve ser feita apenas ao final do processo de ensino-aprendizagem, levando em consideração que a mesma tem o objetivo de fornecer informações relacionadas às constantes aprendizagens dos discentes.

Ambas as formas de avaliação podem ser responsáveis pela exclusão escolar, mas na avaliação somativa, principalmente, são classificadas as aprendizagens, separando, dessa forma, os estudantes que aprenderam os conteúdos dos que não aprenderam. Porém, o papel da avaliação não deve ser o de classificar, mas sim o de orientar os professores em relação à melhor forma de ensinar e aprender.

É essencial que os estudantes conheçam antecipadamente os conteúdos que deverão aprender bem como os objetivos a serem alcançadas e também os pontos que serão considerados ao verificar seus avanços de aprendizagem. Quando o aluno se torna consciente dos conteúdos e os objetivos que precisaram ser alcançados, ele irá praticar a auto-avaliação. Avaliar a si mesmo se torna um processo muito importante, visto que dessa forma o aluno irá acompanhar o seu progresso e a construção de sua identidade.

Na sala de aula, são expostos juízos de valor, seja pela parte dos alunos ou pela dos professores, que podem interferir na relação professor-aluno. Quando essa relação se torna negativa, é de extremo prejuízo para os alunos. Por isso, o professor deve fazer com que essa relação seja harmoniosa. Fernandes e Freitas (2008), p.25, deixaram esse fato bastante claro quando afirmaram que “a reprovação oficializada em uma prova, por exemplo, é de fato uma consequência de uma relação professor-aluno mal sucedida durante o processo de ensino-aprendizagem”.

O professor deve usar diversos instrumentos para realizar a avaliação, mas os resultados que serão obtidos não devem ser definitivos. Buscando facilitar a aprendizagem dos alunos, esses instrumentos de avaliação devem ser bem elaborados pelo professor e pela escola. Exposto isso, deve-se frisar que os docentes, de forma geral, deveriam utilizar a avaliação formativa, buscando observar e registrar o acompanhamento, a aprendizagem, o progresso e as dificuldades de cada um, visando facilitar na aprendizagem de seus alunos no futuro.

O processo avaliativo destina-se a observar, refletir e favorecer melhores oportunidades aos alunos. Destarte, para que a avaliação ocorra de forma significativa para o avanço dos alunos, é preciso que durante esse processo o professor tenha um momento de reflexão.

A reflexão sobre o processo percorrido por ele é a referência dos próximos passos a serem dados no sentido da continuidade da ação pedagógica. Sem essa reflexão, o fazer pedagógico é fragmentado, com base em sequência de conteúdos, em tempos de livros didáticos e em outros tempos que não se ajustam aos tempos percorridos pelo aluno (HOFFMANN, 2014, p. 48).

É nesse tempo de reflexão que o professor irá interpretar e considerar, a partir da sua observação, as aprendizagens únicas vividas por cada aluno. E é justamente durante essa reflexão que irá se desenvolver seu olhar multidimensional e interdisciplinar. Hoffmann defende essa ideia quando declara que “Corrigir não é avaliar, interpretar é avaliar”. A mesma destaca na seguinte passagem:

Chamo atenção para a questão de multidimensionalidade da avaliação porque a complexidade do ato avaliativo se dá por essa razão, acrescida pelo fato de o professor ser aquele que pode promover a ação mediadora. Ou seja, ele precisa estar envolvido com o aluno uma vez que ele é quem o observa, quem interpreta as múltiplas dimensões do seu processo de aprendizagem e é ele também quem vai decidir sobre o que fazer (pedagogicamente) a partir do que ele observou (HOFFMANN, 2014, p.48).

Entende-se que é de extrema importância o professor manter-se atento aos interesses dos alunos, ajustando as atividades, introduzindo tarefas, novos textos, mudando as situações e diversificando-as, providenciando recursos necessários. Esse é o tempo de garantir que ele tenha interesse em aprender.

Não se pode desarticular a aprendizagem do aluno de seu próprio contexto. Por exemplo, se um aluno está aprendendo sobre artes visuais será observando imagens, visitando museus e pintando que ele irá aprender. Alerta Duckworth (1991, p. 73-74) também deixa claro na seguinte citação:

A aprendizagem que as crianças fazem na escola não precisa e não deve ser diferente da aprendizagem que elas fazem no modo natural do mundo que as rodeia. Torna-se apenas necessário que alarguemos e aprofundemos o seu leque de conhecimentos revelando-lhes partes do mundo sobre as quais não lhes tenha ocorrido pensar (apud HOFFMANN, 2014, p. 51).

Ao trabalhar com situações interativas, deve-se assegurar o envolvimento dos alunos, comentando suas soluções, seus avanços, fazendo-o refletir sobre as tarefas realizadas, trabalhando em grupos para que pensem juntos sobre estratégias de resolução de problemas, cooperando pela troca de argumentos, pelos comentários e pelos desafios.

Observa-se que a intenção de avaliar, na etapa de mobilização, é a de assegurar o interesse dos alunos em aprender algo pela organização e manutenção de um ambiente provocativo, significativo e adequado às possibilidades de cada um e do grupo, tendo relação direta com o planejamento do professor. Chamo atenção para isso porque, muitas vezes, alcança-se a participação de alguns alunos nas atividades propostas e de outros não. O problema passa então a ser do “desinteresse” desses alunos, enquanto, de fato, cabe aos professores observar, conversar com esses, buscar outras estratégias ou jogos que mobilizem o seu interesse. Não se pode considerar que todos os alunos irão se interessar ao mesmo tempo pelas mesmas propostas de aprendizagem. Daí a importância de tarefas diversificadas no processo de avaliação (HOFFMANN, 2014, p. 55).

De acordo com essa citação de Hoffmann, o professor não deve priorizar apenas os alunos que aprender com determinada metodologia e excluir os que não aprenderam. É papel do docente respeitar o tempo de todos os seus alunos. Como já foi exposto, cada um aprende de forma singular e em diferentes ritmos, o que muitas vezes o leva a ser reprovado quando se trata da organização seriada. Mas há um tipo de organização que respeita mais a singularidade e o ritmo de diferentes alunos. É a organização em ciclos, que se impõe mais em relação às necessidades do estudante do que a organização seriada. Mas o que seria a organização em ciclos? Esse tipo de organização se divide em quatro ciclos, no qual: 1º ciclo (1º e 2º séries), 2º ciclo (3º e 4º séries), 3º ciclo (5º e 6º séries) e 4º ciclo (7º e 8º séries). Percebe-se que graças a esse tipo de organização, o índice de reprovação tem caído bastante, pois nesse caso a reprovação não pode ocorrer anualmente.

A política de ciclos se preocupa em desenvolver os alunos de forma integral. Ou seja, hoje em dia, a escola além de se preocupar com as questões pedagógicas, também deve implementar questões sociais, culturais e políticas em seu cotidiano. Porém há algumas implicações que não deixam que essa proposta seja compreendida totalmente, tais como: a má formação dos professores, má gestão escolar, falta de assistência às particularidades dos alunos, entre outros.

Numa visão idealizada, a política de ciclos fundamenta-se a partir de uma avaliação formativa e emancipatória, cuja principal preocupação é garantir uma melhoria na aprendizagem é a democratização dos processos educativos (SOBRAL e SALVINO, 2014, p. 225).

A escola, nos dias atuais, é responsável pela formação completa do indivíduo, tanto pela formação intelectual, quanto pela formação do caráter. Quando o professor utiliza métodos avaliativos apenas para medir o conhecimento do aluno, como requisito para o avanço de turma (como ocorre na organização em série), está priorizando somente a formação técnica do estudante, ou seja, está apenas o preparando para o mercado de trabalho, desvalorizando a aquisição do senso crítico.

A Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro, mais conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu art. 13 traz questões a respeito da avaliação. Essa Lei diz que o professor deve participar da construção da proposta pedagógica da instituição de ensino; elaborar e cumprir plano de trabalho, tendo como base a proposta pedagógica da instituição de ensino; zelar pela aprendizagem dos alunos; estabelecer estratégias de ensino para os alunos com dificuldades; participar momentos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; e colaborar com as atividades de articulação da escola, juntamente com as famílias e a comunidade.

Já no art. 24, a LDB diz que em relação à verificação do rendimento escolar, tanto o professor, quanto a escola, devem considerar alguns critérios, como avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, fazendo com que prevaleça os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Ou seja, nesses artigos da LDB, avaliação contínua e cumulativa não tem o objetivo de classificar ou selecionar. Ela se fundamenta no processo de aprendizagem, levando em conta os aspectos cognitivos, afetivos e relacionais dos alunos; tem como objetivo as aprendizagens significativas que se aplicam em diversos contextos e se atualizam o quanto for preciso para que se continue a aprender.

Mas infelizmente a prática não se baseia no que está na LDB. A prática da avaliação escolar, ao invés de servir como meio de perceber como os alunos avançam na construção de

seus conhecimentos, atua como um fim de um processo. A avaliação nesse caso, como já dito, é utilizada como um mecanismo para selecionar ou classificar o aluno em “forte” ou “fraco”. O indivíduo que não consegue acompanhar o processo educacional, interioriza a ideia de que não é capaz de crescer e de avançar de acordo com o seu próprio ritmo.

Não podemos deixar de levar em conta que o desempenho do aluno também é um reflexo do trabalho pedagógico do professor. Dessa forma, é preciso que haja a valorização do processo avaliativo, de maneira que o professor crie métodos e metodologias adequadas para dar suporte ao aluno de modo que o mesmo supere suas dificuldades; essas atitudes são necessárias para criar um ciclo virtuoso de aprendizado e não um ciclo vicioso de resultados educacionais insatisfatórios.

Referências

FERNANDES, Cláudia de Oliveira; FREITAS, Luiz Carlos de. **Indagações sobre o currículo: Currículo e Avaliação**. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Básica, 2008.

HOFFMANN, Jussara. **O jogo do contrário em avaliação: Tempo de reflexão**. Porto Alegre: Editora Mediação, 9ª ed., 2014.

SOBRAL, Ana Cláudia da Silva; SALVINO, Francisca Pereira. **Avaliação e Progressão Continuada: Implicações ao processo de ensino e aprendizagem**. EDUEPB, 2014, p. 217 a 243.